

POLÍTICA DE CURRÍCULO POR CICLOS DE FORMAÇÃO: DAS INFLUÊNCIAS A UMA FORMA MÚLTIPLA DE PENSAR CURRÍCULO

Éderson Andrade

Resumo

A política de currículo por Ciclos de Formação vem sendo uma das possibilidades mais profícuas de pensar uma forma mais justa no processo educativo, pois provoca o pensamento crítico da realidade social. Este artigo espera compreender quais influências e concepções presentes na política curricular por Ciclos de Formação em Mato Grosso. Teórico-metodologicamente operamos com o Ciclo de Políticas que permite a visualização da circularidade de discursos e arenas de produção curricular. Os dados nos evidenciam que na política curricular analisada existe uma problemática, pois não há evidências de estudos sobre as concepções dos Ciclos de Formação. Consideramos que para a construção da política de currículo por Ciclos de Formação é preciso que tenhamos um olhar atento as suas concepções que nos traz uma noção de educação democrática e justa, ponto falho na política analisada.

Palavras-chave: Política de Currículo. Ciclos de Formação. Ciclo de Políticas.

Introdução

A organização da escola de ensino fundamental tem sido foco de pesquisas e políticas já de longas datas. As formas de acesso e permanência dos alunos, bem como a qualidade social esperado do processo educativo têm sido discursos de muitas arenas políticas. Os governantes, pais, professores, pesquisadores, as mídias sociais, dentre outros, discutem e apontam problemas e soluções para a educação das crianças que se encontram a fase fundamental da educação básica.

Nesse contexto a escola organizada por ciclos de formação sem sido uma das formas possíveis de se pensar nessas lógicas apresentadas anteriormente. Espera-se dessa escola que os seus atores sociais pensem, acreditem e construa um espaço tempo marcado pelo processo democrático, por uma educação inclusiva, uma forma de atender e entender as diferenças culturais (FREITAS, 2002, 2003, 2004; FERNANDES, 2012), espera-se dessa forma a construção de uma política de currículo por ciclos de formação que promova uma mudança drástica nas formas estanquem de pensar o processo de ensino e de aprendizagem, como salienta Mainardes (2006).

No bojo destas discussões há um ponto interessante a se interrogar: como a política de currículo por ciclos de formação tem lidado com esse esperado processo de inclusão e com a problematização da educação como processo democrático e de justiça social? Bourdieu e Champagne (2007) chamam a atenção acerca dessa problemática quanto às exclusões

construídas por dentro da escola, salientando que não adianta somente um processo de alargamento do acesso à escola, mas sim a necessidade de construção de políticas micro e macro que entendam e atendam a demanda de inclusão social, e o fim das mazelas e injustiças.

Neste contexto, a rede estadual de educação de Mato Grosso vem pensado e promovido a discussão e produção de políticas curriculares por ciclos de formação desde meados da década de 1990. Passando por vários projetos, o processo de implantação da Escola Organizada por Ciclos de Formação foi proposto efetivamente em 2000, tendo todas as escolas da rede estadual até 2008 para implantação total dos Ciclos, algumas implantaram imediatamente e outras foram gradativamente até o ano estipulado. Após esse movimento, a partir de 2007, a SEDUC/MT (Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso) deflagrou o processo de produção das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso, documento político analisado neste artigo.

Consideramos importante pensar quais as influências oriundas de múltiplos contextos estão presentes nessa política curricular, bem como as concepções de ciclos de formação pensadas e discutidas pelos produtores do texto político. A intenção é compreender quais as influências estão marcadas na política de currículo por ciclos de formação, bem como analisar se as concepções dos ciclos de formação estão presentes na política curricular, uma vez que as políticas curriculares possuem um espaço tempo de construção e de recontextualização (LOPES, 2005), ou seja, é preciso pensar que projeto de sociedade espera-se para essa escola e para o seu currículo.

Para a compreensão desta questão operamos teórico-metodologicamente com o Ciclo de Política proposto por Stephen Ball e colaboradores (1992, 1994), que consiste em analisar a trajetória das políticas a partir das circularidades de textos e discursos em três principais contextos: Contexto de Influência, Contexto da Produção do Texto e Contexto da Prática. Como evidencia Mainardes (2006, p. 50) “esses contextos estão inter-relacionados, não tem uma dimensão temporal ou seqüencial, e não são etapas lineares”, contudo nesta pesquisa são evidenciadas as influências circulares na política curricular, bem como a produção do texto. Utilizaremos dados das análises feitas a partir de entrevistas semi-estruturadas com professores consultores que produziram os textos curriculares, que aqui serão nomeados por siglas que contêm PC (professor consultor) e a primeira letra do nome, e de gestores da SEDUC/MT que estiveram a frente do processo de produção das Orientações Curriculares, que serão nomeados com as siglas GS (gestor SEDUC/MT) e a primeira letra do nome.

O artigo apresenta parte das discussões realizadas em um projeto de maior amplitude que destaca as trajetórias das políticas de currículo para o ensino fundamental. Aqui evidenciamos a importância da emergência curricular por Ciclos de Formação, destacando algumas das influências presentes nas Orientações Curriculares – Ciclos de Formação, bem como os discursos que destacam pontos a serem pensados acerca das concepções de ciclos de formação na produção da política curricular.

Emergência Curricular por Ciclos de Formação: as Orientações Curriculares

As políticas curriculares são frutos de fluxos de proposições vindas de vários espaços tempos. As políticas curriculares se configuram como “*uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados*” (LOPES, 2006, p. 39). A circulação de vários documentos de políticas curriculares produzidos pelo governo federal, bem como governos estaduais e municipais é hibridizada na constituição de uma política de currículo, umas de uma forma mais contundente, outras menos. E no caso de Mato Grosso não foi diferente, percebemos na configuração da política curricular para o ensino fundamental organizado por Ciclos de Formação a presença de outras propostas curriculares oriundas de múltiplos espaços tempos.

A partir desse contexto iremos discutir a emergência curricular para a Escola Organizada por Ciclos de Formação, pensando nas influências do seu surgimento e nas necessidades de organização curricular através desta proposta política produzida a partir de 2007, denominada de Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso.

O pensamento sobre políticas educacionais que rompessem com a forte exclusão do sistema seriado no Brasil não surge imediatamente com a proposta de Ciclos, desde o início do século passado propostas para a redução das taxas de reprovação e evasão, bem como o aumento do número de vagas na escola pública já eram pensadas (MAINARDES, 2007), ou seja, os Ciclos são mais uma forma de pensar a formação dos sujeitos escolares de forma que seus direitos de aprendizagens sejam garantidos, espera-se assim dessa escola uma nova forma de ver, pensar e fazer currículos, a fim de se instalar um processo democrático na educação escolar.

Segundo Barreto e Mitrulis (2001) o movimento de pensar formas menos excludentes se alargou no Brasil a partir das décadas de 1950 em diante, nessa década, na *Conferência Regional Latino-Americana sobre Educação Primária Gratuita e Obrigatória*, promovida pela UNESCO, já era recomendado, cautelosamente, que gradativamente se implantasse um sistema que garantisse a promoção de todas as crianças sem prejuízo de aprendizagem.

Outras propostas foram sendo debatidas e implantadas nas décadas seguintes. O termo Ciclo aparece no cenário nacional em 1984, no sistema educacional paulista. Esse discurso entra no cenário nacional a partir da circulação dos modelos europeus, que surgem a partir da reforma do sistema francês no *Plano Langevin-Wallon*. Após o surgimento da proposta paulista houve uma disseminação pelo Brasil de outras formas de organização escolar em Ciclos, tais como Ciclos de Aprendizagem, Progressão Continuada e Ciclos de Formação (MAINARDES, 2007), este último encarado por nós como uma das formas mais profícuas, e possíveis, para atender as demandas da diferença no contexto escolar.

A intenção dessa breve exposição é esclarecer que os Ciclos de Formação não são invenções que surgem sem um respaldo teórico prático histórico internacional e nacional. E o mais importante, que tal forma de organização escolar requer que seja pensado o currículo de forma a compreender os novos tempos e espaços para a formação dos sujeitos que estão na escola. A emergência de políticas curriculares por Ciclos de Formação talvez seja uma das mudanças mais necessárias para uma nova configuração no processo de ensino e de aprendizagem (MAINARDES, 2007), pensar em Ciclos de Formação é pensar uma ruptura drástica com formas que eliminam os sujeitos do processo educativo, é pensar e fazer uma política de currículo que atenda as necessidades dos sujeitos em seus diferentes tempos e espaços de vivências.

A política de currículo por ciclos de formação em Mato Grosso

O surgimento da Escola Organizada por Ciclos de Formação na rede estadual de Mato Grosso se deu com as primeiras experiências com uma proposta chamada de *Projeto Terra*, desde então novas proposituras foram sendo implementadas com o intuito de romper com o massacre das reprovações e evasões dos estudantes desta rede.

Deste momento até a sua implantação efetiva na rede estadual a partir de 2000, muitas influências operaram para a sua gênese e reconfiguração, sendo as mais latentes vindas das propostas da *Escola Plural* de Belo Horizonte e a *Escola Cidadã* de Porto Alegre (MENEGÃO, 2008; BORDALHO, 2008; BRANDINI, 2011), ambas organizadas por Ciclos de Formação.

Após esse momento muitas discussões foram travadas nas escolas de ensino fundamental da forma como se deveria ser organizado o currículo por Ciclos de Formação. Muitos documentos foram produzidos pela Secretaria de Estado de Educação (Instruções Normativas, Portarias e Orientativos). Porém, é com o movimento de produção do texto das Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso que se torna mais evidente a discussão curricular por Ciclos de Formação desde 2007.

Na produção deste documento, além das influências das propostas de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, não se restringiram apenas na configuração da proposta da implantação da política de ciclos, na produção da política curricular, as circulações dos pressupostos curriculares daquelas propostas estiveram presentes na produção do texto político curricular. Em entrevista com vários consultores foi mencionada a leitura dos documentos dessas propostas, embora alguns deles mencionassem que a SEDUC/MT não provocou a discussão sobre Ciclos.

[...] nós fomos recuperar estudos antigos, era tema integrador, era ensino por projetos e trabalhos... então, era por onde iríamos começar, o que nós já sabíamos e como seria a estrutura do documento. Então, ninguém foi nos questionar, por exemplo, se eu acreditava na Escola Organizada em Ciclos de Formação Humana. Se eu achava que era uma proposta exequível. Se era um proposta eficiente para a proposta de educação para o ensino de Mato Grosso. Ninguém nos questionou. A mim não! Nem coletivamente. Nós já começamos um conversa de como seria o documento, por onde nós começaríamos isso, que leitura nós tínhamos, quem já conhecia o documento anterior (Escola Ciclada). Eu já conhecia. Outras pessoas não conheciam. Então nós teríamos que fazer uma leitura inicial, mas isso não foi orientado (Entrevista com PCO).

Como podemos ver esteve presente as influências destes documentos para a produção do texto das Orientações Curriculares, contudo o discurso acima nos evidencia a falta de discussão acerca dos pressupostos dos Ciclos de Formação, que a nosso ver é uma

necessidade para construir a política de currículo por Ciclos de Formação. Além disso, o discurso acima nos mostra que a proposta inicial foi a de construir uma política curricular revisitando estudos sobre formas de integração dos saberes, mas as discussões sobre como pensar essas integrações dentro da Escola Organizada por Ciclos de Formação não foram postas em jogo para a escrita dos consultores. Encaramos isso como uma problemática, pois o currículo é pensado para uma forma de organização escolar específica devendo levar em consideração as suas especificidades. Foi proferido um discurso acerca das necessidades de integração curricular, fato que consideramos importante, contudo ficou falha a discussão acerca dos pressupostos do Ciclo de Formação.

Além disso, como influência marcante da política do Rio Grande do Sul, a SEDUC/MT encomendou a produção de um texto ao Prof. José Clóvis, que fez parte da equipe que construiu a proposta da Escola Cidadã de Porto Alegre, para trazer as concepções do Ciclo de Formação. Um texto bem elaborado, contudo com as concepções voltadas para as características e necessidades daquele lugar, ou seja, com concepções políticas e pedagógicas já definidas. É fato que acreditamos no processo de recontextualização presente nas construções das políticas de currículo, contudo acreditamos que o texto deveria ser construído de forma coletiva com sujeitos do Estado de Mato Grosso a fim de pensar as características e possibilidades de organização do currículo por Ciclos de Formação.

Salientamos que o currículo por Ciclos de Formação deve ser flexível, adaptável, politicamente articulado com as necessidades dos alunos e alunas que nele serão formados (FERNANDES, 2012), dessa forma exige-se uma política curricular que promova o debate e a produção curricular em cada contexto, permitindo a circularidade de discursos e a articulação entre os sentidos macro e micros na constituição do currículo escolar, e não cópias a serem repetidas.

Consideramos que mesmo o governo produzindo ou (re) produzindo políticas curriculares impregnadas de concepções estanques, como as dos PCNs e outras, sempre serão reconfiguradas no contexto da prática, contudo nesses movimentos macro e micros, as políticas como textos são significativas nas práticas pedagógicas, tendo essas que possibilitar reflexões nesse contexto, e não prescrever os saberes mínimos a serem ensinados, como destacado em várias partes do documento de Orientações Curriculares e até mesmo no discurso de gestores da SEDUC/MT:

[...] a Secretaria de Estado de Educação, hoje ela não concebe a ideia de um currículo mínimo para a escola, entende que a gente tem que ter um currículo básico, isso sim, não o mínimo, e que a escola é responsável pelo seu projeto político pedagógico, a escola é responsável por isso, mas compete ao estado, enquanto política pública fazer suas orientações dentro dos princípios basilares que a escola vai completar e vai organizar o seu fazer (Entrevista com GSR).

Embora apareça uma explicação acerca da diferença entre mínimo e básico, podemos perceber que a intencionalidade era de se construir uma política onde estivesse presente um currículo a ser seguido, mesmo que de forma básica. Não descartamos a necessidade de se pensar caminhos e necessidades, porém esse processo deverá ser construído em cada escola, por cada espaço tempo político pedagógico a fim de que se signifiquem a formação dos alunos a partir das suas construções culturais.

Os discursos proferidos nos Contextos de Influência e de Produção do Texto da política curricular são os de rompimento com a proposta construída em 2000, lançada em formato de livro com o título “Escola Ciclada de Mato Grosso”, bem como o de reconfigurar o currículo com a política proposta atualmente, contudo o que percebemos é uma produção marcada por um processo de bricolagem (BALL, 2001) dos PCNs e de outros documentos federais.

Concordamos que a proposta produzida no documento Escola Ciclada de Mato Grosso apresenta alguns problemas, como a hibridação entre Ciclos de Aprendizagem e Ciclos de Formação, como explicitado anteriormente, principalmente no tocante a retenção no final de cada Ciclo de Formação, contudo no tocante às questões curriculares, ela apresenta pontos importantes que ainda não foram superados até hoje, como a articulação dos saberes em Áreas de conhecimento. Essa preocupação é vista do discurso de alguns gestores da SEDUC/MT à época,

[...] desde 2000 a proposta política é a Organização por Ciclos de Formação Humana, a gente percebia assim ainda um desencontro, muitas pessoas nas escolas, nem conheciam ainda bem o livro Escola Ciclada de Mato Grosso, e que ele tinha assim, um desencontro com a formação humana, porque tem horas que ele puxa para como se fosse o Ciclo de Aprendizagem, e a gente precisava desse alinhamento, para a formação, e também para o desenvolvimento do currículo do ensino fundamental (Entrevista com GSAS).

Percebemos que essa foi uma preocupação dos profissionais da SEDUC/MT que estavam à frente do setor específico para pensar o Ciclo de Formação, eles discutiam a necessidade de se romper com essa hibridação, pois talvez uma das piores concepções do Ciclo de Aprendizagem estava enviesada no Ciclo de Formação, a retenção, um dos mecanismos mais perversos de exclusão humana no processo de escolarização. Além disso, esta e outras preocupações já vinham sendo discutidas antes da proposição das Orientações Curriculares,

A gente dentro dessa tentativa de organizar propriamente na concepção de Organização por Ciclo de Formação Humana, a gente teve portarias, que houve participação da equipe que trabalhava, junto com a consultora, e alguns momentos até a consultora mesmo, na produção de portarias que orientam as escolas, pra o desenvolvimento organizacional na escola, tanto de recurso humano, quanto articulado para a prática pedagógica, o professor articulador, o processo de alfabetização sendo unidocente porque isso... para implementação da proposta é fundamental, e a reorganização do livro Escola Ciclada de Mato Grosso, que era um ponto fundamental, pra que ela fosse alinhada ao desenvolvimento humano, e não essa mescla de Ciclo, e esse a gente deu terminalidade, mas não chegou ainda a publicação (Entrevista com GSAS).

Antes da produção da política curricular alguns membros da SEDUC/MT já se preocupavam com a formação e atribuição do professor articulador, com o professor acompanhar a turma durante todo um Ciclo, com a não retenção. Tais preocupações foram publicadas em Portarias e Instruções Normativas, era uma preocupação paulatina com as concepções do Ciclo de Formação, que de certa forma desembocavam na configuração curricular para essa organização escolar, pois para se pensar o currículo para a Escola Organizada por Ciclos de Formação é preciso se debruçar nas concepções que o cercam.

Contudo percebe-se que isso não foi uma lógica nos discursos de muitos consultores, pois a preocupação maior residia em manter um currículo com uma listagem mínima de capacidades a serem desenvolvidas pelos alunos.

[...] a proposta antiga... quanto à reformulação da proposta, aquele livro que nunca saiu, aquele da escola ciclada, nunca tinham escritos os conteúdos mínimos... porque pra mim currículo são os conteúdos mínimos. Então

nunca tinham sido escrito nada pontual, só geral sobre o que seria o ciclo de formação humana... pra mim o grande parâmetro é o livrinho da escola ciclada, o livro branco.... ele não tem quadro, ele não tem nada, e eu dei capacitação, eu trabalhei com capacitação de 1998 até hoje... e o professor não se encontra... então... quando não tem uma coisa dizendo assim: é por aqui! Os professores não se encontram, e daí qualquer coisa serve (Entrevista com PCER).

Como podemos perceber a preocupação não estava na reflexão e discussão acerca das concepções da Escola Organizada por Ciclos de Formação, mas sim em garantir os mínimos. Há, por vezes, alguns discursos que desconsideram a produção curricular dos professores que estão no contexto da prática, como se eles não fossem capazes de produzirem os currículos que dêem conta das especificidades do processo educativo a ser desenvolvido na Escola Organizada por Ciclos de Formação.

A escola organizada por Ciclos de Formação necessita de políticas curriculares que pensem toda a sua lógica de conceber os tempos e espaços formativos, os professores que nela estão não necessitam de listagem de conteúdos mínimos a serem reproduzidos, que já estão encontrados em propostas como PCNs ou até mesmo nos livros didáticos, os professores precisam de subsídios teóricos práticos para pensar e refletir como produzir e organizar os currículos em cada contexto, para cada necessidade que houver no seu dia a dia, compreendendo que a retenção não faz com que os alunos aprendam mais, que quando os alunos permanecem com seus pares de idade a aprendizagem se torna mais profícua, que os conteúdos precisam ser integrados e que devem possibilitar à compreensão de mundo em que cada um deles vive e poderão viver.

Algumas considerações

Este artigo apresentou parte de uma discussão feita durante a trajetória de mestrado em educação acerca da política de currículo por ciclos de formação da rede estadual de Mato Grosso. Nele discutimos a necessidade da emergência de um currículo por ciclos de formação que entenda e se respalde nas concepções de democracia e justiça social esperadas para a escola organizada por Ciclos de Formação, além disso a necessidade de se refletir acerca das proposições que influenciam os currículos nas escolas.

O documento analisado, intitulado de Orientações Curriculares para a Educação Básica da Rede Estadual de Mato Grosso, teve seu processo de produção deflagrado em 2007 e foi encaminhado em formato impresso às unidades escolares somente em 2012. Durante estes anos muitos discursos e muitos textos foram produzidos a partir de algumas discussões, principalmente com os Professores Consultores e com os Gestores da SEDUC/MT.

Nestes anos muitas influências circularam a produção do texto da política curricular, tais como propostas de Estados como Rio Grande do Sul e Minas Gerais, dentre outros. As políticas de âmbito nacional, notadamente os PCN, também influenciaram tais textos. Além dessas influências, destacamos também as oriundas dos discursos de vários consultores, que trouxeram para o texto suas concepções, suas marcas, que são vindas do movimento global e local de circulação de saberes.

As influências na produção de políticas curriculares são inevitáveis, dada a circularidade vinda de múltiplos meios comunicativos. Sabemos também que toda e qualquer política curricular irá passar por um processo de bricolagem (BALL, 2001) e por recontextualizações por hibridismos (LOPES, 2006), contudo na produção de uma política de currículo seria necessário que estes processos que influenciam os textos sejam pensados de forma a se aproximar da melhor forma possível às necessidades educativas de uma proposta como os Ciclos de Formação.

Além disso, os discursos vistos nas arenas políticas nos evidenciaram a não discussão acerca das concepções dos ciclos de formação. Como podemos ver, o foco centrou-se a organização de conteúdos e não nas concepções de formação humana, fato que encaramos como problemático, pois pensar em Ciclos de Formação é pensar as diferenças, logo de democracia e de justiça social, daí a necessidade dessa noção estar presente no currículo por ciclos de formação. Acreditamos que ao se promover a discussão da política de currículo por ciclos de formação, promovendo a produção de um texto curricular, o foco não poderá ser de forma alguma a busca por mínimos conteúdos, ou básicos, mas sim o fortalecimento de uma proposta que tenha como foco o processo de formação humana.

Precisamos assim, nos contextos das práticas, termos múltiplos olhares para as diferenças, para as necessidades dos sujeitos, para a formação humana. Pensar e fazer uma escola democrática e que busque a formação humana necessita de uma política de currículo construída pelas significações de cada um e cada uma que faz parte do contexto da prática escolar.

Referências Bibliográficas

BALL, S.; BOWE, R.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BALL, S. **Educational reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BALL, S. **Profissionalismo, gerencialismo e performatividade**. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, pp.99-116, jul./dez, 2001.

BARRETO, E. S. S e MITRULIS, E. **Ciclos escolares: elementos de uma trajetória**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 108, p. 27-48, nov. 1999.

BOURDIEU, P. e CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In.: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. 9 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

BORDALHO, E. A. **O trabalho de gestores escolares no contexto de escolas estaduais organizadas por ciclos de formação**. Dissertação de Mestrado, PPGE, 2008.

BRANDINI, E. S. **A política de ciclos em uma escola da rede estadual do município de Juara-MT**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá (MT): Instituto de Educação/IE, 2011.

FERNANDES, J. E. **Concepções pedagógicas da Escola Organizada em Ciclos de Formação**. Palestra ministrada na abertura da *Conferência das Escolas Organizadas em Ciclos de Mato Grosso – Etapa Regional*, Rondonópolis, 2012.

FREITAS, L. C. **Ciclos de Progressão Continuada: vermelho para as políticas públicas**. *Revista EccoS*, São Paulo, junho, vol. 4, n. 001, pp. 79-93, 2002.

FREITAS, L. C. **Ciclos, Seriação e Avaliação: confronto de lógicas**. São Paulo: Moderna, 2003.

FREITAS, L. C. **Ciclo ou Séries? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** 2004.

LOPES, A. C. **Política de currículo: recontextualização e hibridismo**. *Currículo sem Fronteiras*, jul./dez. v.5, n. 2, pp.50-64, 2005.

LOPES, A. C. **Discursos nas políticas de currículo**. *Currículo sem Fronteiras*, Jul/Dez. v.6, n.2, pp.33-52, 2006.

MAINARDES, J. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MAINARDES, J. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MENEGÃO, R. C. S. G. Alfabetização no currículo da escola organizada por ciclos no sistema estadual de educação. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, PPGE, 2008.